



# DESAFIO

Boletim Informativo do Sindicato dos Urbanitários de Mato Grosso - Nº 252- Maio/2022

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – ELETRONORTE 05/05/2022**

## **DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS TRABALHADORES DA ELETRONORTE**

Os trabalhadores da Eletronorte, reunidos em Assembleia em frente a Sede da Eletrobrás/Eletronorte em Cuiabá e Rondonópolis e videoconferência nas demais localidades, discutiram sobre os próximos passos para tentar evitar que a empresa seja privatizada.

Foi discutido também a posição das empresas em relação a Pauta do Acordo Coletivo de Trabalho Nacional e Específico durante as reuniões realizadas em Brasília, nos dias 28 e 29 de abril, posição esta desfavorável para os trabalhadores. Em mesa, os sindicatos rechaçaram as propostas apresentadas e propuseram uma nova rodada com a presença do Diretor: 17/05 para a pauta Nacional e 19/05 para a Pauta específica.

A participação do trabalhador se faz necessária para o fortalecimento e continuidade da luta.



### **INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

A Data-Base da categoria está garantida até dia 30 de maio.

**LUTAR POR VIDA DIGNA É DEVER DE TODO TRABALHADOR**

# TCU COBRA INFORMAÇÕES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA PROTELAR E INVIABILIZAR A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

*As novas exigências do ministro constituem-se em mais um obstáculo na corrida contra o tempo exíguo para a privatização (Lead cercado e vazado 10% preto)*

Os últimos acontecimentos permitem que todos nos trabalhadores possamos avaliar com mais otimismo a perspectiva de êxito a luta contra a privatização da Eletrobras.

No noticiário da chamada grande mídia e veículos de comunicação em geral, vem sendo estampado de modo recorrente de que o governo teme que os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) possam levantar obstáculos que venham atrasar a privatização.

Nesse sentido, na tarde desta última 2ª feira (2/5) o ministro Vital do Rêgo, duas semanas após pedir vista do processo de privatização, enviou ofício ao presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, solicitando uma série de informações e documentos para embasar a finalização do julgamento naquela corte, dando cinco dias de prazo para atendimento as exigências legais do TCU (*abaixo, reprodução na íntegra do ofício de Vital do Rêgo*).

Resumindo, as exigências de Vital do Rêgo representam um passo a mais, que pode contribuir para retardar e até inviabilizar o processo de privatização, num cenário em que os agentes da privatização correm contra o tempo.

## PRESSÃO SOBRE MINISTROS TCU

Entre outros fatores, cabe ainda considerar, que o rigor na investigação pelo TCU capitaneada pelo ministro Vital do Rêgo, também gera clima de medo nas hostes do governo, tendo em vista as fragilidades técnicas e legais do processo de privatização. Atuando como uma espécie de sucursal do governo e disposto a aprovar o processo imoral e ilegal da privatização da Eletrobras, agora ministros do TCU devem sentir-se emparedados diante de informações que devem jogar luz sobre pontos obscuros e comprometedores. Certamente, diante dos últimos acontecimentos os ministros do TCU terão que tomar posição pública num momento em que salta aos olhos da opinião pública um escandaloso ato altamente lesivo, que implicará no aumento da já insuportável tarifa de energia para as famílias e empresas, acrescido dos prejuízos nefastos para o desenvolvimento nacional.

## ADVERSIDADES MERCADO FINANCEIRO

Anteriormente, a prorrogação da aprovação do processo de privatização, em consequência do pedido de vistas por 20 dias

no âmbito do TCU, passou-se a obrigar a utilização do balanço do primeiro trimestre de 2022, devido as regras acionárias da Eletrobras, sendo que tal exigência torna compulsório refazer as contas, podendo arrastar a privatização até julho ou agosto. Combinado com esse aspecto, o Fed – Banco Central americano – sinalizou com aumento da taxa de juros nos EUA, o que historicamente contribui para drenar dinheiro de investidores na busca por segurança nos seus investimentos, circunstância na qual os mercados emergentes de maior risco são descartados, como é o caso da bolsa brasileira.

Assim sendo, o dinheiro de potenciais investidores em ações da Eletrobras pode ser atraído pelo Fed, afora os fundos de investimentos historicamente não efetivarem grandes investimentos no segundo semestre, em consequência do período de férias no Hemisfério Norte, período em que os grandes investidores consideram de alto risco para seus negócios. Por outro lado, para privatizar a Eletrobras o governo estima a necessidade de atrair investimentos na ordem de R\$ 30 bilhões, um valor elevado, que dificilmente será coberto apenas com recurso de investidores domésticos, tornando-

se indispensável o aporte de grandes fundos internacionais.

## CAMPANHA ELEITORAL ATRAPALHARIA

Somado à esses fatores, o governo teme que o período da campanha para a eleição presidencial contamine negativamente o processo de privatização, haja vista o caráter entreguista e processo fraudulento na tramitação da privatização, feita toque de caixa, atropelando à Lei vigente e princípios éticos e morais, para atender os interesses dos abutres do capital internacional, dos quais o governo de Jair Bolsonaro atua como testa de ferro, tendo a frente da nefasta operação o ministro Paulo Guedes, pessoa notoriamente ligada ao capital financeiro.

Por conseguinte, as alterações no cenário trouxeram mudanças favoráveis na luta contra a privatização, o que exige dos trabalhadores da empresa se mobilizarem para ocupar os espaços existentes, pois concretizou-se a possibilidade do processo de privatização ficar inviabilizado diante dos aspectos que vêm sendo levantados no contexto da luta política e cenário do mercado financeiro internacional.

## OFÍCIO DO MINISTRO VITAL DO RÊGO COBRANDO INFORMAÇÕES

Informações podem pressionar ministros a imporem novas determinações exija a convocação de nova assembleia geral de acionistas da Eletrobras, o que requer uma semana. Depois, ainda são necessários 30 dias de aviso aos acionistas.

Tribunal de Contas da União  
Gabinete do Ministro Vital do Rêgo

Ofício nº 4/2022 – Min VR

Brasília, 2 de maio de 2022.

Ao Senhor  
Rodrigo Limp Nascimento  
Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras  
Rua da Quitanda, 196 - Centro  
20091-005 | Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Solicitação de informações e documentos.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Senhoria para solicitar as seguintes informações e documentos:

i) parcela(s) dos recursos advindos do empréstimo compulsório de energia criado pela Lei 5.824/1972 foi (foram) utilizada(s) no projeto da usina hidrelétrica de Itaipu Binacional e/ou no respectivo sistema de transmissão? Em caso afirmativo, qual foi o valor da parcela do empréstimo empregado nesse(s) evento(s)?

ii) indenização sobre atividades de geração de energia elétrica:

ii.1) informar, por subsidiária, o valor que a Eletrobras e suas subsidiárias solicitaram à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como indenização complementar para atividades de geração, nos termos do Decreto 7.850/2012 e da Resolução Aneel 596/2013. Indicar a data base e a atualização do valor; ii.2) informar, por subsidiária, o valor contabilizado da indenização complementar para atividades de geração aprovado pela Aneel. Indicar a data base e a atualização do valor; ii.3) informar se o valor, pendente de aprovação pela Aneel, relativo à indenização complementar para atividades de geração foi contabilizado em

demonstrações financeiras ou se consta nas respectivas notas explicativas;

Tribunal de Contas da União  
Gabinete do Ministro Vital do Rêgo

iii) sobre o processo de arbitragem SCC nº V 2019/149 entre a CGT Eletrosul e a CITIC International Contracting Co. Ltd., que tramita no Instituto de Arbitragem da Câmara de Comércio de Estocolmo (The Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce – SCC), informar:

iii.1) a data da autuação do processo de arbitragem; iii.2) o valor discutido no âmbito do processo de arbitragem; iii.3) a etapa em que se encontra o processo de arbitragem; iii.4) se houve registro em nota explicativa ou se houve comunicado ao mercado sobre esse processo de arbitragem. Em caso afirmativo, encaminhar os respectivos documentos. Em caso negativo, justificar o motivo de não ter sido registrado ou comunicado.

iv) encaminhar a este gabinete do revisor, Ministro Vital do Rêgo, a seguinte documentação, entre outras que considerar necessária:

iv.1) Comunicado ao Mercado da Eletrobras, datado de 7 de maio de 2021;

iv.2) Ata da 918ª reunião do Conselho de Administração da Eletrobras de 20 de janeiro de 2021;

iv.3) Proposta da Administração para a 62ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2022; iv.4) Fato Relevante de 28 de outubro de 2021; iv.5) Fato Relevante de 6 de abril de 2021;

iv.6) Ata da 181ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2022; iv.7)

Formulário 20-F de 2020; iv.8)

Formulário 20-F de 2021;

iv.9) Comunicado ao Mercado de 30 de abril de 2021;

iv.10) Nota Técnica DC 001/2022; iv.11) Nota Técnica DFF 060/2021; iv.12) Nota Técnica DFP

004/2022; e

iv.13) Política de Transações com Partes Relacionadas das Empresas Eletrobras;

v) esclarecer se há empresas participantes dos consórcios responsáveis pelos estudos Serviço A, Serviço B e Serviço C, referentes à modelagem da

capitalização da Eletrobras, com participação acionária, direta e/ou

Tribunal de Contas da União  
Gabinete do Ministro Vital do Rêgo

indiretamente na Eletrobras como acionistas. Em caso afirmativo, indicar qual(is) empresa(s) e o respectivo percentual de participação.

Informo que a presente solicitação se dá por ocasião das análises acerca da segunda etapa da privatização da Eletrobras.

Solicito ainda que as informações sejam prestadas no prazo de 5 (cinco) dias, em meio eletrônico, pelo endereço [min-vr@tcu.gov.br](mailto:min-vr@tcu.gov.br).

Cordialmente,

Ministro VITAL DO RÊGO

## GOVERNO QUER ENTREGAR VALIOSO PATRIMÔNIO EM TROCA PAPÉIS DA DIVIDA PÚBLICA PARA BENEFICIAR MÁFIA DE ESPECULADORES

É de causar indignação em qualquer ser vivo sobre a face da terra a intenção do governo de ajeitar a situação para transferir o controle da Eletrobras para a máfia da especulação do mercado financeiro, sem que os quadrilheiros gastem um único centavo na aquisição de um dos maiores patrimônios do povo brasileiro. A ideia é que sejam utilizados valores devidos pela União para entregar as ações no processo de privatização.

O Ministério da Economia trabalha no “encontro de contas” para operação como precatórios, para “atender” o mercado que pressiona para que no processo de privatização da Eletrobras a União realize o abatimento de precatórios na venda de ações.

O governo Bolsonaro patrocina, dessa forma, farra jamais imaginada, algo que, inclusive, contradiz o próprio.

Em dezembro do ano passado (2021) o governo enviou ao Congresso Nacional a PEC dos Precatórios, propondo o adiamento do pagamento das dívidas de credores com a União que deveriam ser quitadas em razão do vencimento do prazo para quitação estabelecido por lei. A Lei dos precatórios anterior regulamentava prazo de 10 anos para quitar os precatórios, mas o governo justificando a necessidade de destinar recursos para a seguridade social e programas de transferências de renda (Auxílio Brasil e Bolsa Família), em 2022, conseguiu parcelar a quitação dos precatórios, mesmo após 10 os credores terem ficado na espera para o recebimento.

E sendo assim, a Emenda Constitucional 114, promulgada no plenário do Senado, estabeleceu novos critérios para pagamento dos precatórios. A partir de então fixou-se um conjunto de normas legais, regulamentando que os precatórios serão pagos de maneira parcelada, até o exercício financeiro de 2024.

Agora, para beneficiar a máfia da especulação o governo trama mudar os critérios e receber precatórios como pagamento. Trocando em miúdos, a troca de títulos implica no recebimento de papéis da dívida sem que seja dada entrada de recurso para a tal “capitalização”, em mais uma prova de que a desculpa da privatização para viabilizar que a Eletrobras tenha suporte financeiro para fazer investimentos é um tremendo engodo.

## VALORES AVALIADOS PARA PRIVATIZAÇÃO SÃO DEZ VEZES MENORES DO QUE CUSTO REAL, IDENTIFICOU A ABRADIN

O presidente da Associação Brasileira de Investidores Minoritários (Abradin), Aurélio Valporto, considera que a operação de privatização da Eletrobras é “um roubo” e um “golpe” aos acionistas minoritários. Para ele, os valores e parâmetros estão subavaliados em pelo menos 10 vezes menos que o valor real. O governo federal espera levantar na oferta pública cerca de R\$ 32 bilhões, no entanto o montante é considerado pequeno pela Abradin,

que mantém contato com o ministro Vital do Rêgo, do TCU, e enviou documentos para comprovar a subavaliação.

“(…) Se ela (Eletrobras) for privatizada por esse valor, quem comprar depois vai solicitar a reavaliação dos ativos e eles vão multiplicar, em muitos casos, até por dez. Com isso, os acionistas que comprarem após a avaliação vão ter lucro enorme, vai ser como alguém comprar a sua casa sabendo que tem um saco

de ouro enterrado no quintal e que vale dez vezes mais do que ela”, afirmou.

A Abradin cogita a possibilidade de mover uma ação civil pública para vetar o processo de privatização. Nesse sentido a entidade se reunirá com Vital do Rêgo, que tem pautado suas ações como ministro buscando efetivar rigorosa investigação e avaliação do processo de privatização.

\*Com informações do repórter Rodrigo Viga – Jovem Pan

## GOVERNO JUSTIFICA NÃO DISPOR 30 BI PARA “CAPITALIZAR” ELETROBRAS E DESVIA 422,5 BI AOS BANCOS EM 12 MESES

*Informação de repasse de recursos públicos na ordem de R\$ 422,5 bilhões nos últimos doze meses, demonstra que privatização para “capitalização” da Eletrobras é engodo entreguista*

Sob forma de pagamento de juros – R\$ 422,5 bilhões (4,78% do PIB) de 12 meses até fevereiro deste ano, foram desviados da sociedade para os bancos, segundo dados do Banco Central (BC), divulgados na 2ª feira (2/5). No ano passado (2021) outros R\$ 316,5 bilhões já haviam sido desviados para os bancos e rentistas (4,18% do PIB);

Trata-se de um aumento em um ano de mais de R\$ 100 bilhões. De acordo com relatório de Estatística fiscais do BC, só no mês de fevereiro deste ano já foram desviados para o pagamento de juros R\$ 26 bilhões.

Isso, enquanto a Eletrobras, de acordo com dados divulgados pelo próprio governo, necessitaria

de apenas R\$ 30 bilhões para ser capitalizada e assim atender as demandas do setor de energia elétrica do País, o que evidencia o quanto a privatização para promover a tal “capitalização” da empresa é uma fraude escandalosa, por trás da qual não deve ser difícil estarem sendo tramadas negociatas milionárias, para a entrega a preço de banana

de um valiosíssimo patrimônio do povo brasileiro que é a Eletrobras. A esse respeito, o próprio ministro Vital do Rêgo (TCU) estima que há uma subavaliação de R\$ 63 bilhões sobre o valor adicionado à privatização da Eletrobras. Ou seja, se privatizada, a empresa será entregue pela metade do preço que deveria.

## FIRME NA LUTA!!!



[www.stiumt.org.br](http://www.stiumt.org.br)



[stiumt@gmail.com](mailto:stiumt@gmail.com)



[@stiumt](https://www.facebook.com/stiumt)



[@stiumt](https://www.instagram.com/stiumt)

SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DE MATO GROSSO



CURTA E SIGA A NOSSA FANPAGE E ATUALIZE-SE SOBRE AS AÇÕES E TRANSMISSÕES DO SINDICATO.

